

Novo órgão vai gerenciar dívida

Washington — A criação de um instituto internacional para a administração da dívida do terceiro mundo, oromovida no congresso dos EUA, recebeu ontem o aval de um dos acionistas principais do American Enterprise Institute (AEI), "fonte de pensadores" das empresas privadas norte-americanas.

John Makin, diretor de estudos de política fiscal do AEI, disse que o instituto oficial, como o planejado pelo congresso, ajudaria a canalizar para os países endividados parte dos lucros provenientes da venda de seus empréstimos no mercado secundário de valores.

Makin considera provável que a maioria dos grandes bancos norte-americanos sigam o exemplo do Citicorp, que na semana passada anunciou um aumento de 3 bilhões de dólares em suas reservas e a intenção de libertar-se de, pelo menos, uma terça parte dos 15 bilhões de dólares em empréstimos com o terceiro mundo.

Norman Bailey, ex-assessor financeiro do Conselho Nacional de Segurança no primeiro mandato de Reagan, qualificou ontem a decisão do Citicorp como "o tiro de misericórdia" no Plano Baker, que, em sua

opinião, "já estava moribundo" devido a renitência dos bancos em conceder novos empréstimos aos países em dificuldades no pagamento de suas dívidas.

Makin considera que o passo dado pelo Citicorp se enquadra menos no Plano Baker do que no chamado Plano Bradley, do senador democrata Bill Bradley,



Decisão do Citicorp para Norman Bailey foi nada mais que o tiro de misericórdia no Plano Baker, que já estava moribundo porque os bancos não queriam conceder novos empréstimos



que, em lugar de novos empréstimos, propõe aliviar a carga da dívida do terceiro mundo mediante o perdão de uma parte dos empréstimos.

A questão é que, enquanto o Citicorp e outros bancos vendem seus empréstimos no mercado secundário, com descontos de até 30 por cento os que compram

continuam a espera de que os devedores continuem pagando os juros e eventualmente os mesmos empréstimos, a 100 por cento do valor nominal.

Um instituto oficial, atuando como intermediário poderia transferir parte do desconto aos países devedores e transformar o restante do empréstimo em bônus e outros instrumentos negociáveis a taxas de juros mais adequadas.

Para Makin, um aspecto negativo e que os países poderiam se sentir estimulados a não cumprir com o pagamento de suas dívidas externas para fazer cair o preço de mercado de seus empréstimos. A solução, no entanto, poderia ser negociada entre o país e o instituto, e pelo fato de que todos os novos empréstimos seriam afetados pelo valor de mercado dos empréstimos antigos.

Segundo o especialista, o esquema aliviaria os bancos e o terceiro mundo, e poderia facilitar novos investimentos nos países endividados. "O fato dos bancos terem feito maus empréstimos na América Latina e outras partes, não significa que não existam oportunidades atrativas de investimento nos países em desenvolvimento", assinou Makin.